

Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal

Ação de Formação Contínua Tipo B

Lisboa - Auditório do da Autoridade Tributária na Expo, Alameda dos Oceanos, Lote 1.06.1.2 1998-027 Lisboa. • Dia 11 de maio de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: • Análise e contextualização prática dos principais instrumentos legais e institucionais atinentes à cooperação judiciária internacional em matéria penal, visando a otimização da sua utilização, nomeadamente dos meios disponíveis on-line

Programa

Manhã

9h45 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

10h00

Da cooperação internacional ao reconhecimento mútuo: procedimentos de detenção internacional de pessoas e de transferências de condenados

Joana Gomes Ferreira, Procuradora da República, Diretora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da PGR

11h30

Lei n.º 36/2015, de 4 de Maio e Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de Outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Alexandre Oliveira, Juiz de Direito, Docente do Centro de Estudos Judiciários

12h15 Debate

Tarde

14h30

Reconhecimento mútuo e obtenção de prova em contexto transnacional - a Decisão Europeia de Investigação

Vânia Costa Ramos, Advogada, Doutoranda na Faculdade de Direito de Lisboa e Investigadora no Centro de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15h00

Recente jurisprudência do TJUE em matéria de Extradição e MDE

Miguel João Costa, Doutorando na Universidade de Maastricht

16h00 Debate